PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2017-08-14	
O Secretário da Mesa	
Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada) Date: 2017.08.14 11:17:24 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 4940 / XIII (2 .ª)

Assunto: Conservação das muralhas do castelo de Montalvão

Destinatário: Min. da Cultura

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP esteve reunido com a Junta de Freguesia de Montalvão (JFM), concelho de Nisa, que lhe colocou preocupações com a conservação do castelo de Montalvão. O Castelo de Montalvão, classificado como Imóvel de Interesse Público, encontra-se em estado de acelerada ruína, constituindo um iminente perigo público, que urge cessar, mediante a aplicação de medidas preventivas, previamente avaliadas e programadas pelas entidades tutelares.

De facto, é notório, numa visita ao recinto, o estado de degradação de alguns panos de muralha o que inclusivamente, não só motivou o alerta que a JFM fez à Direção Geral do Património Cultural em 22 de novembro de 2016 e que esta encaminhou para a Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA) em 29 de novembro de 2016, como a intervenção de vizinhos das estruturas preocupados com a derrocada das mesmas, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia de Montalvão, cujo lar de idosos poderá ser muito prejudicado, se tal vier a acontecer.

A Junta de Freguesia tem colocado reiteradamente esta preocupação junto dos organismos públicos competentes, mas, incompreensivelmente, até à data, não tem obtido qualquer resposta às questões que objetivamente colocou, salvo a informação pela DRCA de que seria realizada, por sua iniciativa, uma vistoria ao local, embora sem especificar a data.

Posto isto, com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Cultura, o seguinte:

1. Tem o ministério conhecimento da situação?
2. Por que motivos a Junta de Freguesia não obteve respostas relativamente às preocupações levantadas?
3. Quando será possível um levantamento de situação e uma intervenção de salvaguarda do castelo de Montalvão?

Palácio de São Bento, 10 de agosto de 2017

Deputado(a)s

JOÃO RAMOS(PCP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.